

A dinâmica do significado do enunciado pela lente da teoria enunciativa de Culioli

The dynamics of utterance meaning through Culioli's enunciative theory approach

Fernanda de Souza Pedroso Campelo¹
Universidade do Estado de Mato Grosso

Marcos Luiz Cumpri²
Universidade do Estado de Mato Grosso

RESUMO: Este artigo defende que, entre uma ocorrência abstrata de uma unidade linguística e outra, constroem-se sentidos parcialmente identificáveis e sentidos inidentificáveis ao redor de um sentido privilegiado, geralmente extraído de uma ocorrência modelo. Para sustentar nossa hipótese, elegemos a (i) Teoria das Operações Predicativas Enunciativas – TOPE, que coloca o conceito de ‘noção’ em relevo, bem como de sua orientação e funcionamento em relação a um domínio e (ii) a análise das ocorrências do adjetivo “engraçado” em seis enunciados colhidos de nativos da cidade de Cáceres - MT (Brasil).

PALAVRAS-CHAVE: Enunciação; Significado, Noção, Engraçado.

ABSTRACT: This article argues that between an abstract occurrence of a linguistic unit and another, there are partially identifiable and non-identifiable meanings around a privileged meaning, which is usually extracted from a default occurrence. To support our hypothesis, we chose: (i) Theory of Predicative and Enunciative Operations that puts in evidence the concept of notion, as well as its orientation and operation in relation to a domain and (ii) an analysis of six occurrences of the adjective “engraçado” (funny, in English) collected from native people from the city of Cáceres - MT (Brazil).

KEYWORDS: Enunciation; Meaning; Notion, “Engraçado”.

Introdução

Entre uma ocorrência abstrata de uma unidade linguística e outra ocorrência abstrata dessa mesma unidade há o que gostaríamos de chamar aqui de colisão enunciativa. Afinal, cada articulação léxico-gramatical que calça a estabilidade provisória de sentido tanto sustenta, até certo ponto, uma identidade semântica (que é sempre consensual porque remete à noção que os sujeitos têm das coisas) quanto reconstrói, também até certo ponto, essa mesma identidade. A (re)construção da identidade semântica de uma unidade linguística em contextos diferentes é o que denominaremos, grosso modo, de polissemia, um problema comum à teoria semântica, à tradução e à lexicografia. (RAVIN & LEACOCK, 2000, p. 1).

¹ Doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).
fernandaspedroso@hotmail.com

² Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UNEMAT/Cáceres.
marcoscumpri@yahoo.com.br

Em consonância com Frege (1978), que dizia que as palavras só têm significado no contexto de uma sentença, apresentamos neste artigo a contribuição ao problema da polissemia na lente do círculo do linguista Antoine Culioli, conhecido no Brasil por Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE). Para essa missão, elegemos como problema de investigação a análise da palavra ‘engraçado’, em português brasileiro, em enunciados que foram recortados de entrevistas destinadas a fornecer opiniões acerca do modo de falar dos habitantes da cidade de Cáceres-MT.

O objetivo é demonstrar que ‘engraçado’ está susceptível a um movimento de sentido pouco notado se não considerado seu domínio de referência (nocional). O texto começa com um panorama sobre o significado do enunciado, passa pelo o que a TOPE subsidia nas análises e chega às manipulações que serão sucedidas por uma conclusão e referências.

Afinal o que é o significado de um enunciado?

De início, dizemos que uma resposta bem contornada a esse questionamento não é possível porque o que se espera é um parecer concreto para um conceito abstrato. Não se trata apenas de não conseguirmos encontrar definições que pressuponham algum tipo de existência, as quais só corroborariam um reducionismo do conceito de linguagem enquanto uma articulação entre som e significado.

Linguistas consagrados sabem que discorrer sobre significado não é tarefa fácil, uma vez que perscrutando as teorias é possível perceber que são muitas as suas concepções (MULLER; VIOTTI, 2010). As abordagens teóricas são distintas, com características e peculiaridades diferentes. Nesse contexto, conforme aponta Oliveira (2001), atualmente, a reflexão em relação ao significado, no campo da Linguística, não é monolítica, pois há diversas maneiras científicas de estudar o significado e ainda não há argumentos que evidenciem qual dessas opções é a melhor teoricamente.

A semântica geral, apesar de ter influência da Lógica e da Filosofia, delas destoa por se focar no estudo do significado das línguas naturais e não na construção de sistemas lógicos de representação, o que ressoa em Lyons (2009, p. 2) quando diz: “[...] matemáticos, lógicos e engenheiros de sistemas frequentemente elaboram, por motivos específicos, sistemas de notação que, legítima ou ilegitimamente chamados de linguagens, são artificiais, e não naturais”.

Num passo à frente da semântica geral está a TOPE que entende que “a elaboração de uma metalíngua de análise se caracteriza pelo fato de que não se estabelece sobre empréstimos dos formalismos preexistentes no arsenal dos modelos lógico-matemáticos.” (FRANCKEL & PAILLARD, 2006, p. 266). Para a TOPE, na construção do significado, faz-se necessário relacionar léxico e gramática porque o sentido é um construto enunciativo e, dessa forma, estudar a significação no próprio enunciado é considerar que ela não está naquilo que o enunciador quer dizer, mas no que o enunciado quer dizer. Assim, se um enunciado é compatível com várias interpretações, ele deve ser capaz de produzir um sentido estável, mesmo que parcialmente.

Para Le Goffic (1981, p. 591), é possível estabelecer a autonomia significativa do enunciado sobre seu sentido literal (seu significado, sua significação linguística) em oposição a todas suas significações derivadas, simbólicas e pragmáticas. A significação do enunciado não se deixa localizar nem na intencionalidade que lhe deu origem, nem na sua literalidade, tal é o paradoxo, ou a contradição da significação. A interpretação deve se construir a partir da relação entre enunciado e enunciador. Ela repousa sobre um vaivém entre dois construtos: (i) a significação literal do enunciado e (ii) a reconstituição da intenção de significação do enunciador.

Dizer que o sentido literal do enunciado é um construto é o mesmo que dizer que ele é um momento do processo de interpretação. O enunciado se refere à língua num movimento em que o interpretante revitaliza sua significação. Nesse modo de pensar, não existiria uma significação literal, mas níveis de literalidade relativa num contínuo até a significação mais dinâmica dos efeitos contextuais, onde a significação literal pudesse se situar tanto ao nível de uma interpretação possível, quanto ao nível de uma metainterpretação. Com isso, não se descarta a referência da língua e nem se anulam as variações subjetivas interindividuais: dois interpretantes podem se diferenciar em relação ao sentido literal de um enunciado (*ibidem*, p. 594)

Em relação à reconstituição da intenção de significação do enunciador, a hipótese é a de que o interlocutor confronta a interpretação do enunciado àquela que ele chegou, à intenção de significação do enunciador (a que ele pensa ser) sob forma de um juízo de equivalência que, por sua vez, é parte constituinte do processo de compreensão. De acordo com essa hipótese, o interlocutor não adentra a intenção de significação do enunciador, mas faz conjecturas na sua relação com a significação do enunciado produzido. Trata-se de uma apreciação relativa, comparativa (por conta do interlocutor) entre dois elementos dos quais não se tem certeza de que algum deles (nem mesmo a significação do enunciado) possa ser descrito absolutamente por si só. A ideia é que qualquer que seja o ponto no qual o interlocutor tenha chegado com a interpretação do enunciado, seja essa interpretação referida pelo interlocutor à intenção de significação do enunciador, seja reconhecida ou não, equivalente. Nesse sentido, o que o enunciador quer dizer (sua intenção de significação) não é de outra natureza, nem mais complexa, nem mais rica, nem mais inapreensível que o querer dizer (a significação) do enunciado.

Um mesmo elemento de significação pode ser tirado tanto do enunciado quanto da antecipação de intenção de significação do enunciador e que a interpretação pertence ao interlocutor. Ele é, por si, seu próprio interlocutor e desempenha os dois papéis. O enunciador exerce em sua fala um autocontrole comparando a significação de seu enunciado com seu próprio querer dizer e antecipa a interpretação do interlocutor, uma retificação eventual de seu enunciado.

Entre os que se enveredam pela TOPE é consenso defender que todo enunciado é potencialmente ambíguo e isso se dá a partir dos dois argumentos emprestados de Le Goffic (1981):

1. A significação é vista como uma relação entre dois interlocutores e a coincidência exata entre o enunciador e seu interlocutor é impossível. A mediação do enunciado introduz uma distância inelutável entre o que o enunciador queria dizer e o que o seu interlocutor reconstrói. Logo, a correspondência entre o querer dizer do enunciador, o querer dizer do enunciado e a interpretação do seu interlocutor não pode ser mais que aproximada. A interpretação é esse movimento de balaiagem do campo da produção da significação.

2. A significação é considerada a partir de uma relação com o enunciado. A significação de um enunciado não é inesgotável e não é mensurável. Não é inesgotável porque o texto prolifera sobre ele mesmo. Não é mensurável porque não existe nada fixo a que se pudesse reportar. A partir disso, vê-se que a significação de um enunciado não pode ser: (i) nem o extralinguístico (com o qual a linguagem estabelece linhas mais complexas e apresenta vários problemas); (ii) nem um outro enunciado (uma paráfrase), posto que toda paráfrase carrega algo que se relaciona com o enunciado de origem e do qual um enunciado admite uma pluralidade de paráfrases³ sem que sejam absolutamente idênticas a ele, (iii) nem a língua, por ser inacessível e submissa à mesma circularidade.

³ O conceito de paráfrase será apresentado na seção seguinte.

Esses dois pontos mostram que há uma infundável distância entre apresentação e representação linguística que só fazem comprovar que não há operações de referenciação que remetem à designação de forma ostensiva. Se o contrário fosse verdade, não haveria qualquer distância entre o que representa (a língua) e o que é representado (o objeto). Haveria uma adequação inquestionável que atribuiria à comunicação o papel essencial da linguagem.

A partir desses argumentos Culioli (1990, p. 127) começa a mostrar a essencialidade da plasticidade em linguística e de sua importância para a existência de algumas operações de linguagem, como a modalização, por exemplo. Assim, caso a relação entre representante e representado fosse simetricamente perfeita, não haveria espaço para a asserção a qual necessita do dúbio, da necessidade da escolha e dos possíveis para existir. A deformidade abre espaço para as relações intersubjetivas que pressupõem, sempre, certa imprecisão que é bem marcada em operações de modalização e de temporalidade. De forma análoga, só essas imprecisões nos permitem observar assiduamente a atividade de linguagem, pois qualquer tentativa de explicá-las já é uma reconstrução de observação de ocorrências de língua.

A TOPE nunca deixou de expressar sua insatisfação com a falsa estabilidade sustentada pelas etiquetagens, pelas identificações estabilizadas por hierarquias rígidas e pela divisão disciplinar do chamado núcleo duro da linguística (fonética, sintaxe, semântica, morfologia), a qual seria uma especulativa maneira de se evitar a verdadeira complexidade dos fenômenos linguísticos que passa pela diversidade, pela heterogeneidade e que, inevitavelmente, remetem ao conceito de comunicação a um nível de discussão mais sofisticado e menos preso ao conforto que a ideia de transmissão linear de uma informação de modo homogêneo pode oferecer.

O nível do qual falamos chega à representação e à regulação. Um nível em que os ajustes subjetivos potencializam a dinamicidade necessária entre o estável e o instável. Dito de outro modo, o conceito de comunicação passa a ser analisado dentro de um espaço determinado em que também se analisam as atividades significantes dos sujeitos enunciadoreis.

Nesse plano, a comunicação passa a ser uma conquista que só a capacidade de regulação da linguagem pode subsidiar. Nesse sentido, discutir o conceito de estabilidade se torna irrelevante, pois de algumas máximas que se assumem em linguística, uma delas é que a comunicação se estabelece justamente nesse momento confortável e estável. Isso sem falar em alguns conceitos clássicos da linguística textual como coesão e coerência que também são contornos de estabilidade.

Em verdade, a estabilidade à qual a TOPE se opõe é aquela que se confunde com o conceito de imutabilidade justamente por não condizer com a dinamicidade, a diversidade e a variação em linguística que essa teoria tanto necessita para se confirmar. Para ela, deformidade é a espécie de gangorra entre o plástico e o estável, a qual, a nosso ver, caracteriza a ambiguidade inerente à linguagem. “E essa variação entre o móvel e o imóvel da linguagem mostra que a deformação é uma transformação que modifica uma configuração, variando certas propriedades e outras não” (CULIOLI, 1990, p.129).

A atividade de linguagem e conceitos operatórios na TOPE

Culioli (1990, 1999a, 1999b) não nega que seu objeto de estudo é a linguagem na perspectiva dos aspectos variáveis das línguas naturais. Para realizar essa empreitada, o linguista julga necessário efetuar observações sistemáticas e minuciosas numa dada língua com o amparo de um quadro teórico, (doravante, um conjunto coerente de hipóteses explicitamente construídas sujeitas à verificação). Essas observações ocorrem

sempre num sistema metalinguístico de representação e se colocam sobre um mesmo domínio, no qual não se pode definir, numa primeira etapa, mais do que um modo aproximado: divisão tradicional (a comparação, por exemplo), delimitação de ordem teórica (voz e aspecto, por exemplo), análise de enunciados equivalentes em duas ou várias línguas. A partir dessas observações, tratadas de acordo com as regras de representação compatíveis, constrói-se um conjunto coerente de hipóteses ao qual se associa um sistema metalinguístico de representações. O objetivo dessa construção é tanto o de poder formular problemas em linguística, quanto o de elucidar conceitos (categorias, operações) generalizáveis, verificar suas configurações sem que se corra o risco de se propor uma gramática universal ou um processo de etiquetagem que facilitaria a classificação dos problemas.

Ele também costuma ter bem definidas e não confundidas as noções de linguagístico, linguístico e metalinguístico. Por procedimento linguagístico, compreende a atividade da linguagem, por linguístico entende as operações complexas cujos traços são as configurações textuais e por atividade metalinguística entende a atividade do linguista de descrever, representar e simular os fenômenos observáveis (produção e produto) resultantes das atividades linguagística e linguística.

Os fenômenos observados, por sua vez, acontecem dentro de um quadro teórico descrito enquanto um conjunto coerente de hipóteses sujeito à verificação. Assim, ao linguista cabe (i) relatar de forma explícita as hipóteses formuladas, as categorias e bem como a origem e o estatuto teórico dessas categorias, além de definir as operações e justificar as representações simbólicas dos estados metalinguísticos que ele constrói, (ii) obedecer às exigências de coerência de toda escrita formal, (iii) submeter-se à regra imprescindível da verificação empírica a fim de explicar como se passa de uma fórmula a um enunciado e qual é o grau de aproximação aceitável.

A sustentação de um campo metalinguístico de análise é atribuída à atividade parafrástica, essa espécie de mecanismo de manipulação sem a qual o linguista não conseguiria extrair, sem a colisão necessária entre uma representação abstrata e outra, as propriedades que antecedem as ocorrências linguísticas. A parafrase seria, ao mesmo tempo, um ato imediato da consciência linguística dos locutores (pois, para ela, saber uma língua subentende-se a produção e identificação de frases de mesmo sentido) e um produto de construção teórica. (FUCHS, 1982). É, talvez, a atividade linguística mais comum aos sujeitos porque é um trabalho de interpretação e de reformulação de enunciados que tem como resultado as famílias parafrásticas, a saber: a relação estabelecida entre um enunciado e suas reformulações quanto da relação entre todos os enunciados virtualmente equivalentes numa dada língua.

Como já vimos, a TOPE compreende o sentido dentro do próprio enunciado e o contorna à medida que se expande seu cotexto. Reforcemos:

Os mecanismos enunciativos que estabelecem o objeto de análise não são, portanto, externos à língua e devem ser distinguidos das condições efetivas que regem a produção do enunciado no hic et nunc de uma enunciação singular. Desse ponto de vista, a teoria da enunciação de Culioli não é de maneira alguma uma teoria pragmática (FRANCKEL & PAILLARD, 2006, p. 258).

Romero (2000) endossa que o sentido se inscreve no próprio enunciado: “dizer que as formas materiais significam é dizer então que não existem sentidos que não sejam por elas construídos.” (p. 40). O enunciado oferece os elementos necessários para a construção do sentido, pois esse ocorre na indispensável relação léxico e gramática. Nessa via, “no que se refere ao sistema semiológico linguístico, não há sentidos que não passem

pelos enunciados, pela interação entre as diferentes unidades por meio das quais estes se efetuam.” (Ibidem).

Culioli é ciente de que a bagagem cultural e experiências são importantes durante a compreensão textual, mas acredita que esses fatores não devem ser os principais responsáveis nesse processo. “Ele não pretende, como linguista, utilizar sua bagagem pessoal para interpretar textos” (ZAVAGLIA, 2002, p. 20). Nesse processo o texto não é um apoio, mas o próprio objeto, que por si só, oferece subsídios para análise, “qualquer expressão verbal, oral ou escrita, que constitua um enunciado pode se transformar em material de estudo dependendo dos objetivos do linguista” (*ibidem*, p. 16), pois o objetivo é “analisar as marcas linguísticas como rastros de operações de linguagem” (*ibidem*), o que invalida os rótulos atribuídos às línguas. Percebe-se, assim, que todas as línguas e manifestações da linguagem são de interesse da TOPE, inclusive o conceito de culioliano de linguística enquanto a ciência que estuda a linguagem articulada às línguas naturais é um aforismo entre a comunidade acadêmica dedicada à enunciação. De modo que a linguagem sempre é

essa capacidade inata de construção de significação possibilita-lhe organizar textualmente suas representações de forma oral ou escrita por um agenciamento de marcadores que varia superficialmente e ao mesmo tempo, apresenta regularidades, as quais podem ser esquematizadas formalmente pelo linguista. (ZAVAGLIA, 2010, p. 33)

Resumidamente, a TOPE caracteriza-se por: (i) ser contrária à concepção de linguagem que pressupõe somente um emissor e um receptor; (ii) distinguir frase e enunciado; (iii) estabelecer a relação léxico e gramática; (iv) sugerir a heterogeneidade das línguas, (v) defender que todo enunciado deve ser relacionado com outros. Como característica fulcral, essa corrente intenta “apreender as operações da linguagem por meio da diversidade das línguas naturais” (SILVA, 2007, p. 23). Todavia, é preciso deixar claro que essa teoria “não se contenta na descrição dos produtos languageiros, mas prioriza a compreensão das operações que os conduzem” (*ibidem*). Além disso, Culioli insiste na relação língua e linguagem. Para ele, “o objeto de estudo da Linguística para Teoria das Operações Predicativas Enunciativas passa a ser não somente a linguagem nem tampouco apenas as línguas mas a relação entre a atividade de linguagem e as línguas” (ZAVAGLIA, 2002, p. 15).

Ponderando que a TOPE leva em consideração as experiências, o cognitivo e aspectos de ordem afetiva, o conceito de noção assume preponderância na teoria porque abarca o cultural e traz reflexões que antecedem o linguístico. A esse respeito, Rezende (2009, p. 21) destaca que na passagem da expressão linguística de um sujeito para outro, não é o valor polarizado que importa, mas como as experiências do sujeito, em relação às noções, interferem na variação do valor. Interessa para a autora o percurso e não o valor propriamente dito. Assim, “o que devemos destacar é a forma da construção do valor, o seu caminho e não o seu valor em si” (*ibidem*, p. 21).

Zavaglia (2002) acrescenta que no momento da interação há um emissor e um receptor, todavia essa interação é construída internamente e não externamente, pois em cada um dos sujeitos há uma conversa inconsciente. A isso Culioli chama de atividade epilinguística, “que pode ser resumido em dois processos: o de construção ou produção de formas e o de reconhecimento ou interpretação de formas” (*ibidem*, p. 30).

Partindo para o conceito basilar da TOPE, o de noção, pinçamos as palavras de Rezende (2009) que bem o diferenciam do de signo:

A noção é incorpórea e é materializada no esforço que faz um sujeito para dar forma a uma representação mental por meio de arranjos léxico-gramaticais, seja na modalidade oral, seja na escrita de língua. Diferentemente do signo, que é estático, consensual, social, ela resulta de um esforço de medida que o sujeito faz entre o que está construído ou que ele supõe construído e estável e a sua subjetividade (*ibidem*, p. 20).

Culioli (1999b) diz que a noção corresponde a um sistema de propriedades físico-culturais que adquirimos através da enunciação e compreensão de enunciados e Zavaglia (2004, p. 02) acrescenta que se trata de “um sistema complexo de representação baseado em propriedades físico-culturais que os seres humanos constroem simbolicamente através de um processo de tipificação”. Culioli objetivava criar um sistema que comportasse a diversidade das línguas naturais, e para ele as noções são esses sistemas.

Uma noção não é uma palavra, pois não pode ser representada no nível lexical e seu funcionamento está intimamente ligado às condições de produção em que ela se insere. Nesse sentido, o conceito de noção “aperfeiçoa o que Benveniste coloca no centro da transposição do semantismo intra-sujeito, intersujeitos, intralíngua e que este rotula desajeitadamente de “palavra” (unidade de forma) e ideia (unidade de sentido)” (REZENDE, 2009, p. 24).

Toda noção é composta pelo tripé interior (I), exterior (E) e fronteira (F), que são o próprio domínio nocional.

Em termos formais, cada noção é entendida como um predicado, chamado de P, que possui um complementar, chamado de P'. P localiza-se no interior do domínio nocional; P', no seu exterior. Entre essas duas zonas há uma fronteira, que é um espaço sem limites precisos entre interior e exterior; seria, em outras palavras, um estar entre P e P' (ZAVAGLIA, 2010, p. 71).

O interior localiza-se ao redor do centro, o exterior corresponde a sentidos opostos e a fronteira é um terreno vazio. O centro é intrínseco à atividade mental, é ele que estabelece o que é fronteira, interior e exterior. Zavaglia (2010, p. 116) define:

Dentro do domínio nocional de determinada noção, em que P é o centro organizador da noção, haverá tudo o que pode ser P e tudo o que não pode ser P, ou P'. Tudo o que pode ser P pertence ao Interior do domínio e tudo o que não pode ser P pertence ao Exterior. Entre uma e outra zona há propriedades que permanecem numa Fronteira, a qual não separa as zonas abruptamente: a zona fronteira entre interior e exterior seria um fechamento não estático, uma vez que ela guarda a sua potencialidade de aberturas em um último ponto ou ocorrência (somente haverá um último ponto se ele for construído).

Ainda de acordo Zavaglia (2002, p. 52) no domínio nocional existe “uma ocorrência-modelo, ideal que pode ser denominada de centro organizador [...]”. O que está longe do centro e fica no exterior do domínio é chamado de P', dessa forma P é o que está no interior: “essa relação de complementaridade não se dá por uma relação de ruptura, pois entre o exterior e o interior da noção existe uma fronteira” (*ibidem*).

Para Gomes (2007, p. 165) “o domínio nocional é formado com base em uma projeção que cria uma abertura que tem como ponto de referência um centro, ou seja, o alto grau da noção”. Citando Culioli, Zavaglia (2002) ressalta que todo sujeito tem a necessidade de organizar as representações mentais, ou seja, as noções, com relação a um centro. Assim, “na classe de ocorrências abstratas de uma noção, uma ocorrência dentre as demais possui uma posição privilegiada e serve de centro organizador com relação à exemplaridade [...]” (*ibidem*).

Em alguns casos, haverá, também, o que Culioli denomina de gradiente, tal fenômeno ocorre quando a ocorrência está muito próxima ou muito distante de P. Assim, “em alguns casos, um gradiente poderá se instaurar, ou seja, uma ocorrência que é cada vez mais identificável a P, em direção ao interior, ou centro organizador, ou cada vez menos identificável a P, em direção ao exterior” (ZAVAGLIA, 2002, p. 55).

Há ainda o atrator que “remete a uma representação absoluta”. (SILVA, 2007, p. 51). Ele corresponde ao que não varia, ao estático porque estabiliza um valor, tornando-o singular. Todavia, essa permanência qualitativa não se dá de qualquer forma, pois a estabilização “corresponde o alcance de seu ponto mais alto, seja sobre o fato de que ela se reduz ao que é minimamente constitutivo” (*ibidem*). Na outra via, o tipo “corresponde a uma ocorrência representativa” (*ibidem*). Diz respeito a um termo que opera como marcador.

A noção de “engraçado” na perspectiva da TOPE.

A gramática tradicional estabeleceu o conceito de classes de palavras e inserido nessas classes está o adjetivo. Todavia, a TOPE aponta para um abandono da noção de classe “em favor de uma abordagem que se propõe a contemplar cada unidade na singularidade dos seus empregos” (PRIA, 2009, p. 72).

Diferentemente da gramática tradicional que compreende o adjetivo como um “modificador do substantivo” (NETO, 1979, p. 2), a TOPE assume funções de acordo com sua articulação com outras palavras do enunciado e seus sentidos seriam conquistas provisórias, a depender de uma dada situação enunciativa.

Vejam, então, como a noção <engraçado> se organiza em seis enunciados que são recortes de entrevistas de uma pesquisa⁴ que tinha como uma das finalidades investigar como os nativos da cidade de Cáceres-MT, Brasil descreviam o “falar cacerense”. Entre as respostas ao questionário, destacou-se a relação <falar cacerense – ser- engraçado>:

- (1) Eu acho que é um pouco **engraçado**, eu acho.
- (2) É meio **engraçado** né, pra quem fala como cacerense mesmo, né? É **engraçado**.
- (3) É diferente né, tem uns que fala (sic) até **engraçado** né.
- (4) Meio arrastado né, é um falar assim, meio, sei lá, meio **engraçado**.
- (5) Eu sinto orgulho porque eu não acho feio, eu acho que, eu acho às vezes, às vezes é **engraçado**...
- (6) É um falar bem tradicional né, é típico do povo aqui, é, muita gente acha **engraçado** outros acham interessante mas enfim é, é nato mesmo da sociedade aqui de Cáceres, da região de Cáceres em si, que predomina essa linguagem então, vem da cultura mesmo.

⁴ Mídias faladas locais: um estudo sobre atitudes linguísticas em Cáceres-MT

Para a análise, como ponto de referência, colocamos de um lado a noção que seria o centro organizador de “engraçado” (ser engraçado é ter graça) e, de outro, as noções periféricas que direcionam à fronteira e ao exterior do domínio da noção modelo (ser engraçado é ser diferente, ser engraçado é ser estranho). Seguem:

a) Engraçado – ser – cômico; Por exemplo: “Eles bombardeavam muito o nosso cinema, com aquele poder todo, no mundo inteiro, então eu critiquei muito isso no filme, lançando um rapaz que era nosso amigo, muito **engraçado**: chamava-se Jô Soares”.

b) Engraçado – ser - estranho. Por exemplo: “O **engraçado** é que em qualquer lugar que eu trabalho eu sou, antes de tudo, a Leda. Depois vem o meu cargo, o que eu faço”.

Partindo de que os seis enunciados são respostas à pergunta: “O que você acha do modo de falar do cacerense?”, temos uma relação (forma) que se sustenta cada um deles: < modo de falar do cacerense – ser – engraçado >.

Numa simples operação de substituição, podemos notar que “estranho” manteria os enunciados no mesmo ponto em que “engraçado” os estabilizou. Vejamos:

- (1) Eu acho que é um pouco **estranho**, eu acho.
- (2) É meio **estranho** né, pra quem fala como cacerense mesmo, né? É **estranho**.
- (3) É diferente né, tem uns que fala (sic) até **estranho** né.
- (4) Meio arrastado né, é um falar assim, meio, sei lá, meio **estranho**.
- (5) Eu sinto orgulho porque eu não acho feio, eu acho que, eu acho às vezes, às vezes é **estranho**...
- (6) É um falar bem tradicional né, é típico do povo aqui, é, muita gente acha **estranho** outros acham interessante mas enfim é, é nato mesmo da sociedade aqui de Cáceres, da região de Cáceres em si, que predomina essa linguagem então, vem da cultura mesmo.

Para o enunciado (1) “Eu acho que é um pouco **engraçado**, eu acho”, há uma estrutura basilar que permite as operações de linguagem tal como a de modalidade, que é latente nesse enunciado, a saber <modo de falar (do cacerense) ser um pouco engraçado>, de modo que a marca /um pouco/ aproxima a ocorrência de engraçado da fronteira. Dizer que algo é um pouco engraçado abre a possibilidade de que esse algo seja qualquer coisa um pouco não engraçada também, de modo que nada garante que esse “um pouco não engraçado” seja, necessariamente e apenas, “algo não engraçado”.

1(a) O modo de falar do cacerense é um pouco engraçado porque também é um pouco sem graça.

1(b) O modo de falar do cacerense é um pouco engraçado porque só é um pouco diferente dos demais modos de falar.

1(c) O modo de falar do cacerense é um pouco engraçado porque não é totalmente engraçado.

1(d) (Digo que) O modo de falar do cacerense é um pouco engraçado porque não sei exatamente o quão engraçado ele é.

1(e) O modo de falar do cacerense é um pouco engraçado porque ele não é um pouco desgraçado.

É de se salientar que entre as paráfrases 1(a) e 1(d), embora atenuadas pela marca gradiente /um pouco/, as ocorrências de /engraçado/ se estabilizam, em sentido, no domínio nocional do que é desconhecido, inesperado, excêntrico e não do que tem graça por fazer rir. Essa percepção se confirma quando apresentamos a paráfrase 1(e) que cria estranheza justamente por não ser consensual a oposição engraçado x desgraçado, visto que /desgraçado/, no cultural brasileiro, ocupa o domínio de <infeliz> e/ou <abjeto>.

No enunciado 2 (É meio **engraçado** né, pra quem fala como cacerense mesmo, né? É **engraçado**.), a marca de modalização interrogativa “né” instaura um compartilhamento de responsabilidade do que é enunciado. É como se todos os coenunciadores⁵ da enunciação possível para esse enunciado tivessem a responsabilidade de assumir que a fala cacerense é engraçada. E é justamente a necessidade da aprovação de outros enunciadores para se afirmar que a fala cacerense é engraçada que coloca essa ocorrência de “engraçado” no domínio do que é estranho. Para se expressar o “engraçado enquanto aquilo que tem graça” a necessidade de uma negociação de sentido entre os interlocutores perde força, como por exemplo em: “Eu acho Jô Soares engraçado”.

A seguir algumas paráfrases que clareiam o problema:

2 (a) Você concorda comigo que o jeito de falar do Cacerense é estranho?

2 (b) A fala cacerense para mim é estranha. Para você também é?

2 (c) Só eu acho a fala cacerense estranha?

O enunciado 3 “É diferente né, tem uns que fala (sic) até **engraçado** né.” justifica nossa hipótese por si só porque o próprio coenunciador coloca “engraçado” no campo do diferente, ainda que modalize o enunciado ao ponto de pedir aprovação de outrem, assim como ocorre no enunciado 2. Temos então engraçado enquanto estranho porque é diferente:

3 (a) Eu acho que a fala cacerense é diferente porque é estranha. Concorde comigo?

3 (b) Você não acha que a fala cacerense é diferente, estranha, sei lá?

3 (c). Concorde que é há algo de estranho na fala cacerense?

O enunciado 4 (Meio arrastado né, é um falar assim, meio, sei lá, meio **engraçado**.), além de trazer a mesma operação de modalização de 2 e 3, pelo uso da marca “né” e de fazer da marca “meio” o gradiente que movimenta na noção <engraçado> em direção à fronteira tem a seguinte premissa:

A fala cacerense é meio arrastada portanto meio estranha.

Vejamos uma família parafrástica possível:

⁵ Na TOPE, abdica-se dos conceitos emissor e receptor em prol do de coenunciador, uma vez que quem enuncia é expectador de seu próprio enunciado.

- 4 (a) Só eu acho que a fala cacerense é meio estranha porque é meio arrastada?
 4 (b) (Acho) que tenho para mim que a fala cacerense é arrastada e estranha. Você tem a mesma opinião, não é?
 4 (c) Se a fala cacerense é meio arrastada então ela é meio estranha também, não concorda?

No enunciado 5 (Eu sinto orgulho porque eu não acho feio, eu acho que, eu acho às vezes, às vezes é **engraçado**...) a necessidade que o coenunciador sente em defender a fala cacerense, ao dizer que não é um modo feio de se expressar, denuncia a aproximação da ocorrência de “engraçado” de propriedades que determinam o que é diferente/estranho e não o que tem graça. O emprego do termo “orgulho” corrobora essa aproximação. Afinal, a probabilidade de se defender, por meio do orgulho, o que causa estranheza é maior do que a que gera graça. Vejam-se:

- 5 (a) Eu sei que a fala cacerense é diferente, mas mesmo assim gosto dela.
 5 (b) Eu aceito a fala cacerense do jeito que é, ainda que às vezes estranha.
 5 (c) Para mim a fala cacerense é bonita porque gosto dela, mesmo que não seja como as outras falas.
 5 (d) Alguém acha o falar cacerense feio.

O enunciado 6 (É um falar bem tradicional né, é típico do povo aqui, é, muita gente acha **engraçado** outros acham interessante mas enfim é, é nato mesmo da sociedade aqui de Cáceres, da região de Cáceres em si, que predomina essa linguagem então, vem da cultura mesmo). Considerando que o enunciado é um pouco longo, parafrasearemos só uma parte.

A linha de raciocínio que o coenunciador cria a partir de relações possíveis entre “falar” e “tradicional” e entre “falar” e “típico” não permitem uma leitura que aproxime fala cacerense de fala engraçada. Isso se confirma quando se cria, mais adiante, a relação <fala cacerense – ser interessante>, mas expressar o ponto de vista de alguns. Há uma argumentação claramente sustentada por uma percepção das vicissitudes espaço-culturais dos falantes. Observem-se:

- 6 (a) Eu acho que a fala cacerense é estranha para quem não é daqui, Para os daqui é interessante.
 6 (b) A fala cacerense é a fala típica e tradicional de quem mora em Cáceres, por isso é estranha a quem não conhece a tradição cultural daqui.
 6 (c) Há quem não ache a fala cacerense interessante porque a acha estranha.

Após essas breves leituras temos condições de dizer que nas ocorrências de (1) a (6) “engraçado” não assume o sentido privilegiado e fica fora do que se convencionou entender por engraçado quando se pensa em “piada engraçada” e “humorista engraçado”, relacionado ao diferente, ao que foge ao padrão. Podemos considerar, também, como estranho/incomum/curioso, ficando dessa forma, fora do radar de “engraçado ser o que tem graça, o que faz rir”. Em verdade essas ocorrências demonstram que, embora saibamos o que significa engraçado, é complexo delimitar o que seja engraçado de maneira a construir um espaço semântico estabilizado para essa noção.

Assim, temos seis ocorrências de “engraçado” que se distanciam do típico, do consensual, do que a TOPE chama de “atrator”, que é o centro de referência para um sentido. Assim, nelas “engraçado” não está no mesmo interior do domínio nocional de



<engraçado> de enunciados como: Pedro contou uma piada engraçada, O palhaço fez uma brincadeira engraçada ou Carlos caiu um tombo, foi engraçado.

Considerações finais

Este artigo se propôs apresentar, pelo viés da Teoria das Operações Predicativas Enunciativas – TOPE, um ponto de vista sobre a significação. Constatou-se que essa teoria considera que os sujeitos estabilizam, enunciativamente, sentidos por meio de articulações: línguas naturais com linguagem, léxico com gramática graças a uma compreensão de atividade de linguagem que transcende a propriedade comunicacional e recobre os aspectos culturais, psicológicos, afetivos, determinantes para a construção de valores referenciais.

Vimos ainda que o conceito de noção é nuclear porque considera o conhecimento de mundo do sujeito, abarcando aspectos cognitivos, culturais e experienciais, de modo que uma noção sempre se organiza a partir da interação do sujeito com o mundo.

Ancorados nesses conceitos propusemos dois domínios de referências para a noção <engraçado>: (a) engraçado enquanto o que tem graça e (b) engraçado enquanto o que é estranho, de modo a mostrarmos que, na contramão da maioria dos casos, os seis enunciados analisados se estabilizavam no segundo domínio. Isso para mostrarmos que as unidades linguísticas apresentam valores semânticos instáveis e que é desses valores que se encarregam as teorias enunciativas, de modo geral. É o caso da TOPE, pelo menos.

REFERÊNCIAS

CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation: opérations et représentations*.

Paris: Ophrys, 1990. Tomo 1

_____. *Pour une linguistique de l'énonciation: formalization et opérations de repérage*. Paris: Ophrys, 1999a. Tomo 2.

_____. *Pour une linguistique de l'énonciation: domaine notionnel*. Paris: Ophrys, 1999b. Tomo 3.

FRANCKEL, Jean-Jacques. PAILLARD, Denis. Aspectos da teoria de Culioli.

Organon, Porto Alegre, n. 40/41, jan. – dez., 2006, p. 257-272.

FREGE, Gottlob. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Editora Cultrix. São Paulo, 1978.

FUCHS, C. *La paraphrase*. Paris: PUF, 1982.

GOMES, Antônio Carlos. *As operações de linguagem com a marca “quando”*. Tese.

Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

LE GOFFIC, P. *Ambiguïté linguistique et activité de langage*. 1981. 654 pages. These (Doctorat d'Etat) – Département de Recherches Linguistiques, Université de Paris VII, Paris, 1981.

LYONS, John. *Linguagem e Linguística: uma introdução*. Tradução de Marilda Winkler Averbug e Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

MULLER, Ana Lúcia de Paula. VIOTTI, Evani de Carvalho. IN: FIORIN, J. L. (org). *Introdução à linguística II. Princípios de análise*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

NETO, José Borges. *Adjetivos: predicados extensionais e predicados intensionais*. Unicamp. 1979.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. *Semântica formal: uma breve introdução*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

PRIA, ALBANO DALLA. *Para um redimensionamento do estudo do “adjetivo”*: os processos enunciativos de variação semântica de “falso”. Tese. Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, 2009.

RAVIN, Yael.; LEACOCK, Claudia. *Polysemy. Theoretical and Computational Approaches*. Oxford: Oxford edit impress, 2000.

REZENDE, Letícia Marcondes; ONOFRE, Marília Blundi. *Linguagem e línguas naturais – Clivagem entre enunciado e enunciação*. São Carlos: São Pedro & João Editores, 2009.

ROMERO, Márcia Cristina. *Processos enunciativos de variação semântica e identidade lexical: a polissemia redimensionada Estudo dos verbos JOUER e CHANGER*. Tese. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. 2000.

SILVA, Ana Cristina Saviato. *A marca porque nos textos escolares: uma proposta para atividades epilinguísticas*. Tese. Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2007.

ZAVAGLIA, Adriana. *Da invariância da linguagem à variância das línguas: contribuição para elaboração de uma teoria enunciativa da tradução como um caso particular de paráfrase*. Tese. Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2002.

_____. *A observação de alguns aspectos enunciativos em traduções de aprendizes de francês: o caso de des*. Intercâmbio, vol. XIII, 2004. Acesso em: 26 de março de 2020.

_____. *Pequena introdução à teoria das operações enunciativas*. São Paulo: Humanistas, 2010.

Recebido em: abril de 2021.
Aprovado em: julho de 2021.

Como citar este trabalho:

CAMPELO, F. DE S. P.; CUMPRI, M. L. A dinâmica do significado do enunciado pela lente da teoria enunciativa de Culioli. **Traços de Linguagem**. v. 5, n. 1, p. 37-49, 2021.
